

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
COORDENADOR

REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA APET

ANO VII - EDIÇÃO 28 - DEZEMBRO 2010

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA:

- do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Portaria COJUD n. 06, de 14 de novembro de 2005, deferido pela Exmo. Sr. Desembargador Federal Diretor da Revista Carlos Fernando Mathias)
- do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Portaria n. 04, de 29 de abril de 2005, deferido pela Exma. Sra. Desembargadora Federal Diretora da Revista Salette Nascimento)
- do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (sob o n. de inscrição 23 – Portaria n. 02, de 26 de outubro de 2005, deferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon, Diretor da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da Quarta Região)
- do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (sob n. 14 – Despacho do Exmo. Sr. Desembargador Federal Diretor da Revista José Baptista de Almeida Filho, publicado no DJU de 5 de setembro de 2005, seção 2, página 612)
- do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 07 de novembro de 2008. Despacho do Ministro-Diretor da Revista do STJ.

MP
EDITORA



Revisão
Mônica A. Guedes

Editoração
Mônica A. Guedes

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento
Orgrafic

Ano VII – Edição 28 – Dezembro 2010

Tiragem: 3.000

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2010
Av. Paulista, 1.776 – 1º andar
01310-200 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 1806-1885

CONSELHO EDITORIAL

Adolpho Bergamini
André Elali
Clélio Chiesa
Cristiano Carvalho
Edison Carlos Fernandes
Edmar Oliveira Andrade Filho
Guilherme Cezaroti
Guilherme von Müller Lessa Vergueiro
Helenilson Cunha Pontes
Ives Gandra da Silva Martins
José Maria Arruda de Andrade
Júlio Maria de Oliveira
Leonardo Freitas de Moraes e Castro
Marcelo de Lima Castro Diniz
Marcelo Magalhães Peixoto
Paulo César Conrado
Roberto Wagner Lima Nogueira
Tácio Lacerda Gama



APET – Associação Paulista de Estudos Tributários
Av. Paulista, 1.776 – 1º andar
01310-200 – São Paulo-SP – Brasil – Fone: (11) 3105-6191



INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA APET

A *Revista de Direito Tributário da APET* é uma publicação especializada em Direito Tributário, portanto todos os artigos enviados devem versar sobre esse tema.

A publicação dos artigos não importará em retribuição financeira para o(a) autor(a) por parte da MP Editora ou por parte da APET.

A remessa espontânea dos artigos significará a cessão dos direitos autorais à Revista e, uma vez publicados, será permitida posterior reprodução, desde que citada a fonte.

É de responsabilidade do(a) autor(a) a observância da Lei n. 9.610/98.

Os artigos devem ser inéditos e datados do dia da elaboração. Todas as citações devem estar acompanhadas da respectiva fonte de referência.

Os arquivos deverão ser enviados em documento de Word, tendo um mínimo de 15 e um máximo de 20 páginas, observadas as seguintes configurações:

a) fonte Arial tamanho 11 para o corpo do texto e Arial 9 para as notas de rodapé e citações; espaçamento entre linhas de 1,5 cm.

b) margens em página com formato A4: superior 2,5 cm; inferior 2,5 cm; esquerda 3,0 cm; e direita 3,0 cm. O espaçamento entre linhas é 1,5 cm;

O(A) autor(a) deverá enviar também um minicurrículo de seu histórico profissional e acadêmico, bem como os dados para contato.

Os artigos poderão ser encaminhados para o Coordenador Geral da Revista, Marcelo Magalhães Peixoto, por e-mail (marcelo@mpeditora.com.br) ou, na forma impressa, para o endereço: Av. Paulista, 1.776 – 1º andar, Bela Vista, CEP 01310-200, São Paulo – SP.

Após o recebimento, os artigos serão avaliados pelo Conselho Editorial da Revista.



AUTORES

COORDENADOR GERAL DA REVISTA

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

RESPONSÁVEL PELA JURISPRUDÊNCIA DA REVISTA

GUILHERME CEZAROTI

ARTUR OSMAR NOVAES BEZERRA CAVALCANTI

Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Advogado.

ERNESTO ROCHA

Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor na pós-graduação em Direito Tributário e Auditoria Tributária no Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas – CIESA. Auditor-fiscal de tributos estaduais da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas.

FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR

Bacharelado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; monitor da disciplina Direito Tributário naquela Universidade; autor de artigos e publicações científicas; estagiário em Advocacia.

FLORENCE HARET

Doutora pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Universidade de São Paulo; Professora e Pesquisadora do IBET; Professora na COGEAE/SP, ESPGE e EPD; Assistente de Paulo de Barros Carvalho na USP nas disciplinas Direito Tributário I e II.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Professor Emérito da Universidade Mackenzie, em cuja Faculdade de Direito foi Titular de Direito Econômico e de Direito Constitucional.

LORENA NEVES MACEDO

Bacharelanda em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; autora de artigos e publicações científicas; estagiária no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

WLADIMYR MATTOS ALBANO

Especialista em Direito Público e Tributário pela Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro, RJ).

SUMÁRIO

ARTIGOS	11
O PAPEL INDUTOR DE NORMAS TRIBUTÁRIAS. O CASO DO “PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA” <i>Artur Osmar Novaes Bezerra Cavalcanti</i>	13
OPERAÇÕES DE REMESSA DE MERCADORIAS DA ZONA FRANCA DE MANAUS PARA AS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO: HIPÓTESES DE EXIGÊNCIA DO ESTORNO DO CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS <i>Ernesto Rocha</i>	39
1. Introdução	39
2. Colocação do problema	41
3. Análise do problema	43
4. Solução do problema	46
Referências	47
COMENTÁRIOS À NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA LEI N. 12.016, DE 07 DE AGOSTO DE 2009 <i>Fernando Lucena Pereira dos Santos Júnior</i> <i>Lorena Neves Macedo</i>	49
1. Considerações iniciais	49
2. As alterações por artigo	50
3. Considerações finais	72
Referências	73
TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA E DISPONIBILIZAÇÃO DO LUCRO AUFERIDO NO EXTERIOR: EXAME SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA PRESUNÇÃO DO MOMENTO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO LUCRO AUFERIDO NO EXTERIOR <i>Florence Haret</i>	75
1. Poder legislativo de tributar a renda	75
2. Disponibilização do lucro auferido no exterior: breve histórico legislativo	77

3. Conceito jurídico de renda	79
4. Importância do fator temporal na delimitação do conceito de renda	83
5. Renda disponibilizada e distribuição do lucro auferido no exterior	84
6. Inconstitucionalidades na hipótese de disponibilização do lucro auferido no exterior trazida pelo art. 25 da Lei 9.249/95	87
7. A propagação dos efeitos inconstitucionais do art. 25 da Lei 9.249/95 e a LC 104/01	90
8. Tributação da CSLL sobre disponibilização do lucro auferido no exterior e Medida Provisória n. 1.858-6/99	91
9. Bibliografia	93

A IMUNIDADE CONSTITUCIONAL AOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO E SUA INTERPRETAÇÃO NOS MUNICÍPIOS 95

Wladimir Mattos Albano

1. Introdução	95
2. Legislação municipal das capitais dos estados brasileiros	102
3. Conclusão	114
4. Bibliografia	115

PARECER 117

PRETENDIDA INCIDÊNCIA DO IPTU SOBRE ÁREA AGRÍCOLA NÃO OBJETO DE PROJETO DE LOTEAMENTO COM CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO AGROPASTORIL NO PERÍODO AUTUADO PELO MUNICÍPIO – ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA À LUZ DO CTN E CF – INTELIGÊNCIA DOS §§ 1º E 2º DO ARTIGO 32 DO CTN – TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE CONTRIBUINTES EM IGUAL SITUAÇÃO JURÍDICA – FERIMENTO DO INCISO II DO ARTIGO 150 DA LEI SUPREMA – PARECER 119

Ives Gandra da Silva Martins

JURISPRUDÊNCIA 153